ZH ZERO HORA

Publicado em 08/07/2022 - 05:54

PEC que amplia programas sociais em um ano eleitoral avança na Câmara

Governistas tentam agilizar, mas votação de PEC é adiada

A Câmara dos Deputados acelerou ontem a apreciação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que concede uma série de benefícios sociais às vésperas da eleição, mas, à noite, na hora de votar a iniciativa no plenário, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), recuou, encerrou a sessão e adiou a apreciação para a próxima terça-feira.

Ao longo do dia, a comissão especial que analisava o assunto aprovou o texto. Em seguida, o plenário passou a avaliar a matéria. A fase de discussão foi concluída, mas os governistas entenderam que não havia quórum suficiente para aprovação segura. Eram 427 parlamentares no plenário e são necessários pelo menos 308 a favor, em dois turnos.

O pacote prevê R$ 41,25 bilhões em benefícios sociais com validade até o fim do ano. A matéria prevê auxílio-gasolina a taxistas de R$ 200 por mês, bolsa-caminhoneiro de R$ 1 mil por mês, aumento do Auxílio Brasil de R$ 400 para R$ 600 mensais, além de dobrar o valor do vale-gás a famílias de baixa renda. Também estão previstos recursos para subsidiar a gratuidade a idosos no transporte público *(confira quadro ao lado)*.

Antes da apreciação da medida, o presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, o Chorão, divulgou nota criticando o auxílio-caminhoneiro proposto pelo governo federal. Para o dirigente, "mil reais não resolvem o problema dos caminhoneiros autônomos", disse no comunicado, qualificando ainda o auxílio de "afronta à inteligência" da categoria e "tentativa clara de comprar o direito mais digno de um cidadão, que é o seu voto".

O avanço na tramitação da proposta foi acelerado por várias manobras. No início do dia, para agilizar a votação da PEC, a Câmara realizou uma sessão relâmpago de apenas um minuto.

– A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 65 senhoras deputadas e senhores deputados. Está aberta a sessão – anunciou primeiro-vice-presidente da Câmara, Lincoln Portela (PL-MG) às 6h30min.

Depois, voltou ao microfone:

– Está encerrada a sessão – declarou às 6h31min, sob protestos de alguns parlamentares que estavam presentes.

MARINA RAMOS, CÂMARA DOS DEPUTADOS

Para acelerar a tramitação da matéria, houve sessão de um minuto, presidida pelo deputado Lincoln Portela, do PL

Como a oposição havia pedido vista (mais tempo para analisar a proposta) na terça-feira na comissão especial, o regimento prevê que esse tempo seja de duas sessões do plenário. Assim, mesmo com a sessão de um minuto, o prazo foi contado, e a comissão especial pôde analisar o tema ontem.

No colegiado, a matéria foi aprovada à tarde por 36 votos a um. Antes, em nova manobra para agilizar o trâmite, a PEC dos Benefícios havia sido apensada à PEC dos Biocombustíveis. O relatório do deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) na comissão especial foi lido em sessão turbulenta que entrou na madrugada de quarta-feira.

Protesto

Enquanto a comissão avaliava o texto, um grupo não contemplado na PEC, os motoristas de vans escolares, realizou carreata na Esplanada dos Ministérios. A categoria é mais uma que reclama dos impactos dos valores dos combustíveis sobre a atividade.

Forte cogitou acrescentar um auxílio a motoristas de aplicativos e modificar o texto sobre estado de emergência. Mas, nesse caso, a matéria teria de voltar para análise do Senado.

Com pressa, o Planalto agiu e convenceu o deputado a não alterar a PEC.

Pelo texto aprovado, o estado de emergência é criado sob o argumento de que a disparada do preço dos combustíveis, nos mercados externo e interno, provoca a deterioração do poder de compra da população e penaliza os mais vulneráveis.

O reconhecimento de estado de emergência serve para que os gastos não violem a legislação eleitoral. Pela Lei das Eleições, não pode haver concessão de novos benefícios ou distribuição de valores em ano eleitoral. A não ser em casos excepcionais, como estado de emergência. As despesas excepcionais não estarão sujeitas às principais regras fiscais vigentes, como o regime de teto de gastos, a regra de ouro e a meta de resultado primário.

Pelo regramento da Câmara, após aprovação na comissão especial seria preciso aguardar a publicação do texto no Diário Oficial e mais duas sessões antes da votação em primeiro turno em plenário. Na sequência, o prazo seria ainda maior: cinco sessões entre a aprovação em primeiro turno e a apreciação em segundo turno. Mas, em mais uma manobra, foi aprovado requerimento para supressão desses interstícios. Ao final, porém, a votação ficou para a próxima semana.

Os valores

Os recursos da PEC dos Benefícios

AUXÍLIO BRASIL
• Ampliação do valor de R$ 400 para R$ 600. Custo: R$ 26 bilhões

VALE-GÁS
• Parcela extra bimestral no valor de 50% do valor médio do botijão de 13 quilos. Custo: R$ 1,05 bilhão

AUXÍLIO CAMINHONEIRO
• Voucher de R$ 1 mil para cadastrado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas. Custo: R$ 5,4 bilhões

AUXÍLIO TAXISTA
• Voucher, em valor a ser definido pelo governo, para cadastrados até 31 de maio de 2022. Custo: R$ 2 bilhões

ALIMENTA BRASIL
• Recursos no programa de alimentos de pequenos produtores para distribuição a famílias em insegurança alimentar. Custo: R$ 500 milhões

CRÉDITO PARA ETANOL
• Compensação a Estado que reduzir tributos a produtor e distribuidor de etanol. Custo: R$ 3,8 bilhões

GRATUIDADE PARA IDOSOS
• Repasse para custear gratuidade no transporte público a pessoa com mais de 65 anos. Custo: R$ 2,5 bilhões

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Eleições e Auxílios **Pagina:** 8

Copyright © Clipclap 2025.